

DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO - 840

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

Assinaturas												
As três séries			Ano	3605	Semestre							2008
A 1.ª série .					n							80 <i>B</i>
A 2.ª série .					n	٠				٠	٠	705
A 3.ª série •	•	٠	p	120#	, p	٠	٠	•	٠	•	٠	708
Dava o estra	ın	a	iro e	ultram	AT acresce o	2	-+		1.			reio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4550 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério do Exército:

Decreto-Lei n.º 42 425:

Investe no posto de general do corpo de generais do exército português Sua Majestade o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié I.

Portaria n.º 17 277:

Extingue a secção do rearmamento, criada pelo Decreto-Lei n.º 26 428.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha é da Irlanda do Norte notificado a aplicação ao território de Barbados da Convenção sobre facilidades aduaneiras a favor do turismo, assinada em Nova Iorque em 4 de Junho de 1954, e do Protocolo adicional à mesma Convenção relativo à importação de documentos e material de propaganda turística, da mesma data.

Ministério das Obras Públicas:

Declaração:

Autoriza a transferência de verbas dentro do capítulo 2.º do orçamento do Ministério.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 17 278:

Regula a prestação mas províncias ultramarinas das provas a que se refere o artigo 26.º do Estatuto do Ensino Particular, promulgado pelo Decreto n.º 37 545 (exercício do mag.stério particular), respeitantes a pretendentes que ali residam.

Portaria n.º 17 279:

~1+~1+~1+~1+~1+~1+~1+~1+~

Designa as precedencias a respeitar no plano de estudos do curso de regentes agrícolas da Escola Dr. Francisco Machado, da província ultramarina de Angola.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete

Decreto-Lei n.º 42 425

Considerados os altos méritos que concorrem na pessoa de Sua Majestade o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié I;

Tendo em atenção o elevado apreço que Sua Majestade sempre manifestou para com a Nação Portuguesa;

Desejando solenizar a visita a Portugal do Chefe do Estado da Etiópia com um acto que consagre os fortes e duradouros laços de tradicional amizade que sempre têm ligado as duas nações; Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É investido no posto de general do corpo de generais do exército português Sua Majestade o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié I.

Art. 2.º O oficial general a que se refere o artigo anterior terá hierarquia e honras militares de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e poderá usar os distintivos do respectivo grau hierárquico.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Julho de 1959. — Américo Deus Rodrigues Thomaz — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — António Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

3.ª Direcção Geral

(Estado-Maior do Exército)

Portaria n.º 17 277

Tendo sido criado o serviço de material, pelo Decreto-Lei n.º 40 880, de 24 de Novembro de 1956, e verificando-se a conveniência de lhe atribuir algumas das funções até agora a cargo da secção de rearmamento, passando as restantes a competir ao Estado-Maior do Exército, através da sua 4.ª Repartição, torna-se desnecessária a secção de rearmamento, criada pelo Decreto-Lei n.º 26 428, de 18 de Março de 1936.

Nestas condições:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, extinguir, a partir desta data, a secção de rearmamento, nos termos do artigo único deste último diploma.

O Estado-Maior do Exército regulará os assuntos decorrentes da extinção da secção de rearmamento, estabelecendo quais as funções que passarão a estar afectas ao serviço de material e quais as que se manterão na sua 4.ª Repartição.

Ministério do Exército, 30 de Julho de 1959. — O Ministro do Exército, Afonso Magalhães de Almeida Fernandes.